

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas: São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536 Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171 Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 21/2-6896 - Telefa

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

24 anos

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balanços Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro-R.J - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas:

São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536 Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210 Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6171 Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL Maceió - AL

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

 $Rio\ de\ Janeiro-RJ-Rua\ S\~{a}o\ Jos\'{e},\ 70-21^{\circ}/22^{\circ}\ andares-20010-020-Tel\ (21)\ 2156-5800-Fax\ (21)\ 2262-6806-rj@bkr-lopesmachado.com.br-lopesmachado.com$

Filiais e Empresas Ligadas:

São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536 Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

24 anos



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

- i. Ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria de forma a opinarmos sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado em virtude de não terem sido concluídos os ajustes entre os saldos contábeis e os valores constantes no sistema de controle patrimonial dos bens imobilizados, bem como o inventário físico destes bens, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.
- ii. Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 3(b), a Companhia não calculou as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto ainda não faturadas, que seriam contabilizadas por estimativa. Não nos foi possível calcular por procedimentos alternativos o valor das referidas receitas. Além disso, o saldo das "Contas a Receber de Clientes" não estava conciliado com a respectiva posição do sistema comercial. Não pudemos nos satisfazer quanto à adequação deste saldo por meio de outros procedimentos de auditoria.
- iii. A Companhia não realizou estudos visando verificar a necessidade de registro de eventual ajuste em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Consequentemente, não foi possível avaliarmos os efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- iv. A Companhia elaborou as demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a entidades operando em regime normal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a **Companhia de Saneamento de Alagoas CASAL** apurou um prejuízo de R\$ 53.800.179, havendo, consequentemente, acumulado até essa data um prejuízo de R\$ 885.679.362. Além disso, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou uma insuficiência de capital de giro de R\$ 252.288.857 Estes fatores levantam dúvidas quanto à sua continuidade operacional e indica a necessidade de obtenção de rentabilidade futura e/ou a necessidade de ingresso de recursos sob a forma de capital e/ou financiamento de longo prazo.

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas:

São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229 Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633





Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", essas demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 33, a Companhia possui contratos de concessão vigentes para apenas 41 municípios entre os 77 atendidos por ela em todo o Estado de Alagoas. Não foi possível determinar os efeitos decorrentes da referida questão nas demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro (RJ), 30 de março de 2015.

Lopes, Machado B K R Auditors, Consultants & Business Advisers

CRC-RJ-2026-O

Mário Vieira Lopes

Contador - CRC-RJ-60.611/O

Effet Torres de Mota

Contador CRC PE-025592/O-0

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas:

São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210 Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

24 anos



Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em reais)

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3(a) e 4	1.663.257	8.407.725	Empreiteiros e fornecedores	3(h) e 12	204.789.260	181.035.309
Contas a receber de clientes	3(b), 3(c) e 5	60.668.137	57.048.859	Empréstimos e financiamentos	13	10.974.069	12.855.720
Estoques	3(d) e 6	1.452.496	1.192.007	Salários e encargos sociais a pagar		2.974.499	2.835.861
Tributos a recuperar	7	812.354	652.344	Tributos a recolher	14	30.697.610	21.712.631
Outros créditos	8	672.937	860.108	Parcelamentos de tributos	15	12.735.970	10.064.640
	_	65.269.181	68.161.043	Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL	16	7.819.378	5.316.220
				Parcelamentos com a CEAL	17	11.824.294	11.728.658
Ativo não-circulante				Consignações a recolher	18	1.224.918	1.247.053
Realizável a longo prazo				Provisões para férias e encargos sociais	19	7.172.867	5.918.966
Depósitos judiciais	9	12.300.748	11.318.695	Outros débitos	20	27.345.173	14.817.608
Contas a receber de clientes	3(b), 3(c) e 5	(3.107.731)	(595.683)			317.558.038	267.532.666
Pagamentos reembolsáveis	10	5.135.587	5.086.704				
		14.328.604	15.809.716	Passivo não-circulante			
Investimentos	3(e)	69.246	69.246	Empréstimos e financiamentos	13	17.304.994	17.386.048
Imobilizado	3(f) e 11	200.032.286	178.107.136	Parcelamentos de tributos	15	101.262.598	107.476.161
Intangível		33.840	13.880	Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL	16	111.795.551	106.095.606
		214.463.976	193.999.978	Parcelamentos com a CEAL	17	147.137.721	140.946.084
				Contingências	3(i) e 21	108.546.107	100.396.009
				Convênio	22	14.425.844	6.825.964
						500.472.815	479.125.872
				Passivo a descoberto			
					23	357.381.666	347.381.666
				Capital social Capital Social a integralizar	23	(10.000.000)	347.381.000
				Prejuízos acumulados		(885.679.362)	(831.879.183)
				Piejuzos acumulados		(538.297.696)	(484.497.517)
						(338.297.090)	(484.497.317)
Total do Ativo		279.733.157	262.161.021	Total do Passivo e do Passivo a descoberto		279.733.157	262.161.021
Total do Auvo	-	219.133.131	202.101.021	Total do 1 assivo e do 1 assivo a descouerto		213.133.131	202.101.021





Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em reais)

	Nota	2014	2013
Receita líquida de serviços	3(l) e 24	262.352.072	238.686.884
Custo dos serviços	25	(160.693.824)	(137.876.485)
Lucro bruto		101.658.248	100.810.399
Receitas (despesas) operacionais			
. Comerciais	26	(66.973.582)	(63.355.675)
. Administrativas	27	(38.598.673)	(31.905.828)
. Tributárias	28	(1.194.143)	(1.167.171)
. Resultado financeiro (líquido)	3(l) e 29	(55.036.937)	(49.583.132)
. Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	30	(3.975.766)	(6.250.729)
. Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	31	10.320.674	2.344.252
		(155.458.427)	(149.918.283)
Prejuízo do exercício		(53.800.179)	(49.107.884)
Número de ações ao final do exercício	23	136.495.743.163	136.495.743.163
Prejuízo do exercício por ação - R\$		-0,0003942	-0,0003598





Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em reais)

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(53.800.179)	(49.107.884)
Outros resultados abrangentes	<u> </u> .	
Total do resultado abrangente	(53.800.179)	(49.107.884)





Demonstrações dos Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em reais)

<u>-</u>	2014	2013
Prejuízo do exercício	(53.800.179)	(49.107.884)
Ajustes por:	, ,	,
Depreciação / Amortização	7.429.461	7.347.611
Prejuízo do exercício - Ajustado	(46.370.718)	(41.760.273)
Atividades operacionais		
Variação do contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante	(1.107.230)	(532.971)
Variação dos estoques	(260.489)	1.188.340
Variação dos tributos a recuperar	(160.010)	348.444
Variação dos outros créditos	187.171	44.246
Variação dos depósitos judiciais	(982.053)	(609.869)
Variação dos pagamentos reembolsáveis	(48.883)	(418.935)
Variação dos empreiteiros e fornecedores	23.753.951	17.550.067
Variação dos salários e encargos sociais a pagar	138.638	324.749
Variação dos tributos a recolher	8.984.979	1.029.260
Variação dos parcelamentos de tributos - Passivo circulante e não circulante	(3.542.233)	(2.334.631)
Variação da Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL - Passivo circulante e não circulante	8.203.103	7.192.087
Variação dos parcelamentos com a CEAL - Passivo circulante e não circulante	6.287.273	14.035.885
Variação das consignações a recolher	(22.135)	56.121
Variação das provisões férias e encargos sociais	1.253.901	1.317.900
Variação de outros débitos	12.527.565	4.918.147
Variação das contingências	8.150.098	6.990.019
Variação do convênio	7.599.880	1.325.964
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	24.592.808	10.664.550
Atividades de investimento		
Investimentos	-	(28.578)
Imobilizado	(29.354.611)	(12.634.337)
Intangível	(19.960)	(13.287)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(29.374.571)	(12.676.202)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
Aumento de capital	-	11.000.000
Empréstimos e financiamentos	(1.962.705)	(1.896.259)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de empréstimos e financiamentos	(1.962.705)	9.103.741
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	(6.744.468)	7.092.089
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	8.407.725	1.315.636
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	1.663.257	8.407.725
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	(6.744.468)	7.092.089





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

1 - Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL é uma sociedade por ações de capital fechado, em regime de economia mista estadual, constituída nos termos das Leis Estaduais nº 2.491, de 1º de dezembro 1962, e nº 2.557, de 21 de junho de 1963. A Companhia tem por objetivo o abastecimento d'água, a remoção e tratamento de esgotos sanitários e o planejamento e controle de poluição hídrica em todo o Estado de Alagoas.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de março de 2015.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

(c) Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos existentes em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente até a data do balanço.

b) Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Não foram registradas as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto ainda não faturadas, que seriam contabilizadas por estimativas.

c) Provisão para perdas na realização de créditos

É calculada sobre clientes residenciais, comerciais e industriais, e foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas nas realizações das referidas contas a receber.

A Companhia adota o seguinte critério para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

I - em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário;

II - sem garantia, de valor:

- a) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- b) acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa; e



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

III - com garantia, vencidos há mais de dois anos, de valor:

- a) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e
- b) superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e

IV - contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial, relativamente à parcela que exceder o valor que esta tenha se comprometido a pagar, observado o disposto no § 5º." (NR).

V - os parcelamentos e financiamentos destes mesmos tipos de clientes obedecem aos mesmos critérios adotados no item anterior.

d) Estoques

Está representado principalmente por materiais de manutenção e conserto. É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo classificado no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

e) Investimentos – Ativo não-circulante

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

g) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios que atua.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

h) Empreiteiros fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

i) Contingências – Passivo não circulante

Referem-se a provisões registradas para fazer face às demandas cíveis, tributárias e trabalhistas contra a Companhia e foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos internos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Por opção legal, a Companhia, adotou o regime de Lucro Real para a apuração do imposto de renda e contribuição social anual com balancete de suspensão. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde ao lucro contábil ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis determinadas conforme legislação fiscal vigente.

A provisão para o Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20.000 por mês. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

A Companhia, após apuração realizada, não apresentou lucro tributável nos exercícios de 2014 e 2013, não havendo, portanto, constituição de provisão de imposto de renda e contribuição social.

k) Passivo circulante e não circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados.

1) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

m) Transações com partes relacionadas

A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

n) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, depreciação, provisão para riscos de créditos, provisões para contingências e provisões para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

o) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo não estão sendo apresentados pelo seu valor presente, pois os efeitos relativos aos ajustes conforme calculados pela Administração da Empresa foram considerados irrelevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2014	2013
Depósitos bancários	606.251	1.134.161
Aplicações financeiras Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.057.006	7.273.564
	1.663.257	8.407.725





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5 - Contas a Receber de Clientes

	2014		2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Faturamento de serviços de água e esgotamento sanitário	237.905.904	-	214.973.635	-
Parcelamentos de contas de usuários	8.059.214	2.090.695	7.311.518	1.792.248
Financiamentos de serviços	37.011.390	(5.198.426)	30.435.724	(2.387.931)
Agentes Arrecadadores	8.257.670	-	7.308.754	-
Guias de pagamentos	1.403.374		191.440	
Subtotal	292.637.552	(3.107.731)	260.221.071	(595.683)
(-) Financiamentos de serviços a faturar	(3.178.575)	-	(6.233.244)	-
(-) Parcelamentos pactuados a faturar	(21.089.955)	-	(9.448.737)	-
(-) Contas recebidas a maior ou em duplicidade	(13.957.471)	-	(13.957.470)	-
(-) Arrecadação a discriminar	(20.338.546)	-	(15.076.579)	-
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(173.404.868)		(158.456.182)	
Subtotal	(231.969.415)	-	(203.172.212)	
Total	60.668.137	(3.107.731)	57.048.859	(595.683)

O saldo deste grupo de conta encontra-se em fase de revisão.

Os valores registrados na conta "Agentes Arrecadadores" referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e ainda não repassados à Companhia, em decorrência do *float* firmado nos contratos com estas instituições.

A conta "Arrecadação a discriminar" contempla os valores dos recebimentos de clientes ainda não classificados no sistema comercial da Companhia.

6 - Estoques

	2014	2013
Materiais de almoxarifado	1.451.921	1.191.453
Outros	575	1.191.433
	1.452.496	1.192.007





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

12.300.748 11.318.695

7 - Tributos a Recuperar

	2014	2013
IRPJ a recuperar	283.640	163.034
CSLL a recuperar	57.590	33.962
PASEP/COFINS a recuperar	457.774	443.947
Outros	13.350	11.401
	812.354	652.344
8 - Outros Créditos		
	2014	2013
Adiantamento a Empreiteiros, Fornecedores e Prestadores de		
Serviços	365.801	350.174
Tarifas bancárias a compensar	94.860	258.742
Outros	212.276	251.192
	672.937	860.108
9 - Depósitos Judiciais		
	2014	2013
Depósitos judiciais para		
colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores	11.121.200	10.250.901
Valores bloqueados por medida judicial	624.218	617.678
Depósitos dados em garantia	555.330	450.116
	 -	





.10.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Referem-se a depósitos e bloqueios determinados pelo judiciário relativos a processos cíveis e trabalhistas movidos contra a CASAL.

10 - Pagamentos Reembolsáveis

Refere-se, basicamente, a valores a receber decorrentes de colaboradores da CASAL cedidos a outros órgãos do Governo do Estado de Alagoas e sobre os quais a administração não espera perdas relevantes

11 - Imobilizado

		2014			
·		Depreciação /			Taxa de
		Amortizzação			depreciação/
Classe	Custo	acumulada	Saldo contábil	2013	Amortização
Imobilizado em Operação					
Sistema de abastecimento d'água	293.667.546	(174.123.091)	119.544.455	120.973.867	2% a 10% a.a.
Sistemas de esgotos sanitários	53.934.542	(28.671.219)	25.263.323	26.342.015	2% a 10% a.a.
Bens de uso geral	4.945.629	(3.522.831)	1.422.798	1.547.867	10% a 25% a.a.
-	352.547.717	(206.317.141)	146.230.576	148.863.749	
Imobilizado em Andamento Sistema de abastecimento d'água em					
construção	53.762.664	_	53.762.664	29.204.341	-
Adiantamentos a empreiteiros	39.046		39.046	39.046	-
-	53.801.710		53.801.710	29.243.387	
_	406.349.427	(206.317.141)	200.032.286	178.107.136	





.11.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos em			Saldos em			Saldos em
	31/12/2012	Adições	Baixa	31/12/2013	Adições	Baixa	31/12/2014
Imobilizado em Operação							
Sistema de abastecimento d'água	288.535.373	750.335	18.873	289.266.834	4.408.325	7.613	293.667.546
Sistemas de esgotos sanitários	53.934.543	-	-	53.934.542	-	-	53.934.542
Bens de uso geral	4.269.408	299.584	18.940	4.550.052	405.526	9.949	4.945.629
	346.739.324	1.049.919	37.813	347.751.430	4.813.851	17.562	352.547.717
Imobilizado em Andamento Sistema de abastecimento d'água							
em construção	17.482.107	11.722.234	_	29.204.341	24.558.323	_	53.762.664
Adiantamentos a empreiteiros	139.046		100.000	39.046		-	39.046
	17.621.153	11.722.234	100.000	29.243.387	24.558.323	-	53.801.710
<u>Depreciação</u> <u>Imobilizado em Operação</u>							
Sistema de abastecimento d'água	(162.513.650)	5.779.317	-	(168.292.967)	5.830.124	-	(174.123.091)
Sistemas de esgotos sanitários	(26.513.837)	1.078.691	-	(27.592.528)	1.078.691	-	(28.671.219)
Bens de uso geral	(2.512.580)	493.011	3.405	(3.002.186)	521.005	360	(3.522.831)
	(191.540.067)	7.351.019	3.405	(198.887.681)	7.429.820	360	(206.317.141)
Saldo Líquido	172.820.410	20.123.172	141.218	178.107.136	36.801.994	17.922	200.032.286





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(a) Levantamento e Tombamento dos bens móveis e imóveis de propriedade da CASAL

Durante o exercício de 2010 foi firmado um contrato entre a CASAL e uma empresa especializada com o objetivo de realizar serviços de avaliações e regularização dominial de imóveis, a fim de proceder ao levantamento patrimonial dos bens reversíveis/operacionais e avaliações dos terrenos, edificações, poços, estações de tratamento, sistema de esgotamento sanitário, reservatórios, *booters*, redes de distribuições de água, estações elevatórias, veículos e máquinas e equipamentos em parte dos municípios onde a CASAL mantém operações (24 municípios do Estado de Alagoas). Neste contrato, foram selecionadas 10 cidades do sistema coletivo da zona do agreste e 14 cidades como prioritárias à CASAL, conforme a seguir: Arapiraca, Campo Grande, Coité de Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D`água Grande, São Brás, Colônia de Leopoldina, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Delmiro Golveia, Santana do Ipanema, Barra de São Miguel, Coruripe, Anadia, Marimbondo, Capela, Piranhas, Messias, São Luiz do Quitunde e Campestre.

Conforme mencionado no parágrafo acima, os trabalhos de levantamento de sua infraestrutura continuarão no exercício de 2015, objetivando a conclusão geral de avaliação do patrimônio, ocasião em que se efetuarão os ajustes contábeis para regularização dos saldos representativos do ativo imobilizado da CASAL.

(b) Levantamento dos imóveis de propriedade da CASAL

O Governo do Estado de Alagoas realizou o levantamento dos imóveis do Estado, entre eles, 323 bens de propriedade da Companhia.

(c) Seguro

A Companhia, face à natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados.

12 - Empreiteiros e Fornecedores

	2014	2013
Empreiteiros	165.973.260	151.495.927
Fornecedores	38.816.000	29.539.382
	204.789.260	181.035.309





.13.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

13 - Empréstimos e Financiamentos

	2014		2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco BIC S.A.				
Conta garantida (a)	2.481.524	-	5.085.136	-
Contrato de mútuo (b)	2.125.511	183.410	1.845.860	2.141.694
Contrato de mútuo (c)	3.307.293	-	-	-
Caixa Econômica Federal				
Conta garantida (d)	623.968	-	3.488.952	-
Banco do Brasil S.A.				
DMPL - Confissão e consolidação de dívida (e)	2.435.773	17.121.584	2.435.772	15.244.354
	10.974.069	17.304.994	12.855.720	17.386.048

- (a) Limite que fica disponível em conta corrente, apto a ser utilizado. À medida que ocorrerem entradas de numerários na conta, quando aplicável, o saldo devedor é coberto e o limite é recomposto para novas utilizações. Foi contraído pela Companhia para adequação do perfil de sua dívida de curto prazo. Sofre atualização de juros à razão de 0,7% a.m., mais CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).
- (b) Referente a Cédula de Crédito Bancário na modalidade Mútuo Simples, contraído para fins de capital de giro. O valor total liberado foi de R\$5.000.000, em 5 de janeiro de 2011. Os encargos financeiros (juros) são calculados à taxa efetiva de 0,8% a.m. e 10,03% a.a., mais CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A liquidação da dívida se dará em 60 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 1º de fevereiro de 2011 e a última em 4 de janeiro de 2016. Está garantido pelos recebíveis decorrentes da prestação de serviços.
- (c) Referente a Cédula de Crédito Bancário na modalidade Mútuo, contraído para fins de capital de giro. O valor total liberado foi de R\$5.000.000, em 27 de janeiro de 2014. Os encargos financeiros (juros) são calculados à taxa efetiva de 1,70% a.m. e 22,42% a.a., mais CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A liquidação da dívida se dará em 23 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 17 de fevereiro de 2014 e a última em 15 de dezembro de 2015. Está garantido pelos recebíveis decorrentes da prestação de serviços.





.14.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- (d) Limite de crédito rotativo que fica disponível em conta corrente, pronto para ser utilizado. À medida que ocorrerem entradas de numerários na conta, quando aplicável, o saldo devedor é coberto e o limite é recomposto para novas utilizações. Foi contraído pela Companhia para adequação do perfil de sua dívida de curto prazo. Sobre o valor efetivamente utilizado do limite de crédito contratado, incidirão encargos remuneratórios correspondente a 242,02% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), incidentes sobre os saldos devedores diários. Possui prazo para vencimento em 23 de maio de 2015.
- (e) Refere-se a empréstimos contraídos inicialmente em moeda estrangeira. Posteriormente, foram consolidados num único documento de confissão de dívidas junto ao Banco do Brasil e possuem as seguintes características:

Bônus	Taxa de Juros	Período de Amortização
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125% a.a.	Em uma única parcela, em 11/04/2024
Par Bond	4% a.a. no primeiro ano; 4,24% no segundo ano; 5% no terceiro ano; 5,25% no quarto ano; 5,5% no quinto ano; 5,75 no sexto ano, e; 6% do sétimo ao trigésimo ano.	Em uma única parcela, em 11/04/2024

14 - Tributos a Recolher

	2014	2013
IRRF a recolher	612.769	548.794
FGTS a recolher	506.391	290.546
PIS a recolher	1.379.857	197.224
COFINS a recolher	7.366.736	1.258.232
INSS a recolher	2.785.847	1.901.972
SESI a recolher (a)	9.091.028	8.691.204
SENAI a recolher (b)	8.343.546	8.271.552
IPASEAL a recolher	27.597	27.596
ISS a recolher	325.333	322.314
Outros	258.506	203.197
	30.697.610	21.712.631





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- (a) Corresponde às guias do SESI referentes à competência de janeiro de 1995 a dezembro de 2002, bem como dos valores relativos ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso. A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de abrir negociação para um possível parcelamento da dívida.
- (b) Corresponde às guias do SENAI referentes à competência de março de 1993 a julho de 2008, bem como dos valores relativos ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso. A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de abrir negociação para um possível parcelamento da dívida.

15 - Parcelamentos de Tributos

	2014		2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FGTS (a) Parcelamento Lei № 11.941 (b)	1.920.000 10.815.970	4.820.197 96.442.401	10.064.640	7.668.482 99.807.679
	12.735.970	101.262.598	10.064.640	107.476.161

- (a) Refere-se a parcelamento do FGTS, cuja dívida global foi parcelada em 180 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. Em função de terem ocorrido pagamentos realizados a maior por conta de FGTS de funcionários, a CASAL, em comum acordo com a Caixa Econômica federal CEF, considerou quitadas as parcelas do referido parcelamento até o exercício de 2014.
- (b) Em 30 de novembro de 2009, a Administração da CASAL, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos, aderiu a Parcelamento da Lei Nº 11.941, de 28 de maio de 2009, que permitia o parcelamento das dívidas decorrentes de débitos previdenciários vencidas até 30 de novembro de 2008, administradas pela Receita Federal do Brasil RFB e pela Procuradoria da Fazenda Nacional PGFN. A dívida remanescente após as deduções permitidas pela Lei Nº 11.941, foi consolidada em junho de 2011 e foi parcelada em 180 meses.





.16.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

16 - Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL

	2014		20	13
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FUNCASAL - Seguridade Social - Patronal	270.140	-	234.081	-
FUNCASAL - Seguridade Social - Parcelamento (a)	7.549.238	111.795.551	5.082.139	106.095.606
:	7.819.378	111.795.551	5.316.220	106.095.606

(a) Em 23 de novembro de 2005 foi assinado contrato com a Fundação CASAL de Seguridade Social – FUNCASAL um instrumento particular de Confissão de dívida com garantia de caução, relativas a consolidação de débitos de contribuições de dívidas pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL na condição de patrocinadora e retidas dos participantes.

A dívida resultante do contrato foi programada para pagamento em 360 prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2006 e a última em 15 de abril de 2036, calculadas e atualizadas nas formas estabelecidas em Nota Técnica Atuarial de cálculo das prestações mensais amortizantes da dívida da patrocinadora CASAL para com a Fundação constante do Anexo ao JM/2522 de 8 de novembro de 2006, integrante do Acordo Extrajudicial.

A CASAL é patrocinadora da Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL, entidade fechada de previdência privada, regulamentada pelas Leis Complementares n° 108/2001 e 109/2001, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria n° 4.281, de 28 de julho de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, obedecendo às normas expedidas através da Secretaria da Previdência Complementar e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

O plano de suplementação de aposentadorias é de benefício definido. A fundação tem como principal finalidade suplementar, aos servidores da CASAL, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, tais como complementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade, de aposentadorias especiais, de pensão, de abono anual e do auxílio-doença.





.17.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

17 - Parcelamentos com a CEAL

2014		2013	
Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
2.190.888	-	3.001.849	1.033.554
5.953.906	145.606.627	2.921.617	134.395.436
-	-	2.127.121	-
3.679.500	1.531.094	3.678.071	5.517.094
11.824.294	147.137.721	11.728.658	140.946.084
	Circulante 2.190.888 5.953.906 - 3.679.500	Circulante Não Circulante 2.190.888 - 5.953.906 145.606.627 - 3.679.500 1.531.094	Circulante Não Circulante Circulante 2.190.888 - 3.001.849 5.953.906 145.606.627 2.921.617 - - 2.127.121 3.679.500 1.531.094 3.678.071

(a) Foi assinado em 9 de janeiro de 2004 termo de confissão de dívida e consolidação de dívida junto a Companhia Energética de Alagoas – CEAL, relativas às faturas vencidas até 31 de agosto de 2004 e não liquidadas. Foi negociada a liquidação da dívida em 120 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 30 de setembro de 2004. É corrigido com base na utilização da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros de 0,5% pro rata die sobre o saldo devedor.

Em carta de circularização enviada a CASAL, a Companhia Energética de Alagoas – CEAL não inclui o débito referente a Confissão 002/2004 que somam R\$ 2.190.888, afirmando que tal valor encontra-se em análise pelo seu setor jurídico. No entanto, a CASAL, adotando uma postura conservadora, entende que é mais adequado incluir tal valor em sua contabilidade.

(b)Foi assinado em 28 de dezembro de 2008 termo de confissão de dívida e consolidação de dívida junto a Companhia Energética de Alagoas – CEAL, relativas às faturas vencidas até 30 de novembro de 2008 e não liquidadas. Foi negociada a liquidação da dívida em 240 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 15 de março de 2009. É corrigido com base na utilização da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros de 0,5% sobre o saldo devedor. As primeiras 72 parcelas amortizáveis tinham valor de R\$180.000 corrigidas anualmente, com correção e juros apurados mensalmente, pelo critério e índice supramencionados. As demais parcelas amortizáveis são corrigidas mensalmente.





.18.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- (c) Termo de confissão de dívida, e acordo de parcelamento junto a Companhia Energética de Alagoas CEAL, relativas às faturas dos meses 10/2009, 12/2009, 01 a 12/2010 e 01 a 03/2011. Foi negociada a liquidação da dívida em 24 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 1° de março de 2012. Sobre as parcelas em seus vencimentos, é aplicada correção monetária utilizando-se a variação positiva do IGPM apurado entre o período de 01/01/2012 e o vencimento do respectivo parcelamento.
- (d)Foi assinado em 26 de abril de 2013 termo de confissão de dívida e consolidação de dívida junto a Companhia Energética de Alagoas CEAL, relativas às faturas dos meses de janeiro/2012 até janeiro/2013. Para liquidar a dívida, a CASAL emitiu 36 Notas Promissórias que estão sendo pagas desde junho de 2013. O valor total da dívida até a data do acordo está sendo corrigido com 1% ao mês pela tabela *price*.

18 - Consignações a Recolher

	2014	2013
De funcionários (a)	565.733	610.578
De empréstimos Bancários (b)	224.722	210.902
De fornecedores (c)	375.458	375.459
De pensão alimentícia (d)	59.005	50.114
	1.224.918	1.247.053

- (a) Referem-se a valores descontados em folha para custeio da participação no plano de saúde e previdência complementar (Fundação Casal de Seguridade Social FUNCASAL);
- (b) Valores referentes a descontos em folha, paga garantir o pagamento dos empréstimos consignados contratados junto às instituições financeiras;
- (c) Valores caucionados cedidos por fornecedores e prestadores de serviços, para garantir a entrega de produtos e a prestação de serviços contratados pela CASAL.
- (d) Retenção de valores para o pagamento de pensões alimentícias.





.19.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

19 - Provisões para Férias e Encargos Sociais

	2014	2013
Provisões para férias	5.107.189	4.206.133
INSS sobre férias	1.470.871	1.211.366
FGTS Sobre férias	408.575	336.491
FGTS sobre 13° salário	186.232	164.976
	7.172.867	5.918.966
20 - Outros Débitos		
	2014	2013
Energia elétrica a pagar (a)	26.356.258	13.828.693
Serviços de processamento a pagar (b)	988.915	988.915
	27.345.173	14.817.608

- (a) Valor referente a conta de energia elétrica para os meses de dezembro/2013, janeiro a junho e agosto a dezembro de 2014;
- (b) Valor referente aos serviços executados relativos ao processamento do faturamento mensal da Companhia por empresa terceirizada. A Administração está analisando a razoabilidade deste débito.





.20.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

21 - Contingências – Passivo Não Circulante

2014	2013
70 861 101	79.861.191
6.049.406	5.795.090
4.396.059	4.296.263
10.443.362	10.443.465
7.795.089	
108.545.107	100.396.009
	79.861.191 6.049.406 4.396.059 10.443.362 7.795.089

(a) Refere-se a ação promovida pelo sindicato que representa os funcionários da CASAL, com a pretensão de requerer a incorporação do percentual de 26,06%, a título de reajuste salarial, aos salários dos empregados nos idos de 1987. Diante da situação processual da época, a Companhia, cumprindo determinação judicial neste sentido, implantou o percentual de 26,06% nos salários dos seus colaboradores, situação mantida até os dias atuais. No ano de 2000, já na fase de execução, foi arguida a tese de limitação do direito à data base da categoria, sustentada no teor da Súmula nº 322 do Tribunal Superior do Trabalho.

A referida matéria foi arguida por meio, inicialmente, de embargos à execução perante o juízo de primeiro grau e, posteriormente, em sede de recurso de agravo de petição, perante o Tribunal Superior do Trabalho - TRT 19ª Região, o qual dele não reconheceu por ausência de garantia por parte da CASAL. Foram interpostos novos recursos de revista de decisão para o Tribunal Superior do Trabalho - TST, sustentando a nulidade da decisão, por cerceamento do direito de defesa.

A decisão da turma para o qual foi distribuído inicialmente, o recurso de revista não foi favorável. No entanto, na SDI-1 (Seção de Dissídios Individuais) do TST, ao apreciar recurso de Embargos, esta deu provimento ao recurso e anulou a decisão do TRT 19^a Região, determinando a devolução dos autos para aquele tribunal e mandando que o mesmo apreciasse as razões de mérito do recurso, mesmo sem a garantia da dívida.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em dezembro/2010, os autos retornaram, então, para o TRT 19ª Região, sendo reincluso em pauta para julgamento na sessão de 1º de março de 2011, e cujo resultado foi favorável a tese da CASAL, no que concerne a limitação da data base na realização dos cálculo do Processo. Dessa forma, o risco de perda do processo em questão pela empresa diminui substancialmente, após a decisão do TRT 19ª Região Superior do Trabalho, e conforme posição de nossos assessores jurídicos saiu de uma concepção de "praticamente certo" (entre 90% e 100%) para, pelo menos, um conceito de "provável", bem como com a tese da limitação da data base aceita pela justiça, praticamente definiu que não haverá valores a serem pagos aos funcionários visto que já houve valores pagos através de retenção judicial, bem como incorporação aos salários dos 26,06% já realizados em anos anteriores.

Após todas essas ocorrências, o E. TRT 19^a Região, por meio de sua Presidência, em 14/12/2012, proferiu o seguinte despacho:

"Em que pese não tenha havido manifestação deste Tribunal acerca do pleito do Estado de Alagoas para participar da relação processual como assistente litisconsorcial, é inegável que o Tribunal ao conceder à edilidade, através de sua Procuradoria, a faculdade de se manifestar nos autos, conforme fez às folhas 3.898/3.950 e ao apreciar a postulação de nulidade processual como o fez (f. 3.985), seria imprudente não considerar a possibilidade de intimar-se o Estado acerca das decisões proferidas no segundo e terceiro embargos, oportunizando até mesmo, por provocação do referido ente público o enfrentamento do pedido de assistência litisconsorcial não apreciado."

Em decorrência, a Administração da Companhia consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, julgou pertinente e adequado que o processo em tela seja computado pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL como envolvendo provável o importe de R\$ 79.861.191.

(b) A CASAL impetrou pedido de tutela antecipada a fim de determinar que a Companhia Energética de Alagoas – CEAL (ELETROBRÁS DISTRIBUÍÇÃO ALAGOAS) se abstenha de efetuar qualquer ato de apuração de ICMS para esta Companhia em todas as faturas de energia elétrica, sejam ela vencidas (Setembro/2013 a abril/2014) ou vincendas. Esta decisão judicial, em caráter provisório, foi concedida em favor da CASAL em 15 de maio de 2014, constante nos autos nº 0705560-57.2014.8.02.001, Poder Judiciário de Alagoas. Conservadoramente, a administração da companhia constituiu provisão para perda em valor considerado suficiente para cobrir eventual perda.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

22 - Convênio

A Companhia celebrou o convênio de cooperação mútua com o Estado de Alagoas, por meio da SEINFRA. O convênio de nº 040/2010 tem como objetivo principal "a cooperação técnica e financeira entre o Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA e a CASAL, visando à realização de obras de melhoramentos/adequação das redes coletoras, de saneamento e distribuidoras de água nos Municípios do Estado de Alagoas".

Os recursos financeiros montam em R\$25.000.000, sendo que cabe ao Estado o pagamento de R\$12.500.000 e a contrapartida da Companhia, no valor de R\$12.500.000, para serem aplicados até 31 de dezembro de 2010. Foi repassado pelo Estado de Alagoas até dezembro de 2014 o montante de R\$14.425.844, sendo R\$7.599.880 em 2014, R\$1.325.964, em 2013, R\$2.500.059, em 2011 e R\$2.999.941 em 2010.

O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência do termo final para dezembro de 2015.

A Administração da CASAL está em fase de negociação visando prorrogar a vigência da data final do termo.

23 - Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está representado da seguinte forma:

	Ações			Percentual de
Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Estado de Alagoas	136.443.592.738	4.143	136.443.596.881	99,9618%
Governo Federal	694.302	42.056.682	42.750.984	0,0313%
CODEVASF	-	6.155.465	6.155.465	0,0045%
Outros	54.546	3.185.287	3.239.833	0,0024%
	136.444.341.586	51.401.577	136.495.743.163	100,0000%

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição e no reembolso do capital, sem direito a prêmio.





.23.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

24 - Receita Líquida de Serviços

	2014	2013
Receita bruta de serviços	228.720.652	209.029.531
Serviços de abastecimento d'água Serviços de esgotamento sanitário	48.454.713	42.220.415
Deduções da receita bruta PASEP	(2.644.082)	(2.221.113)
COFINS	(12.179.211)	(10.341.949)
	262.352.072	238.686.884

25 - Custos dos Serviços

	2014	2013
		_
Despesas com pessoal	(54.177.828)	(47.688.202)
Despesas com material	(5.233.348)	(5.610.073)
Despesas com serviços de terceiros	(93.802.791)	(77.212.642)
Despesas com serviços gerais	(435.903)	(376.218)
Depreciação e amortização	(7.043.954)	(6.989.350)
	(160.693.824)	(137.876.485)





.24.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

26 - Despesas Comerciais

	2014	2103
Despesas com pessoal	(14.903.490)	(15.724.187)
Despesas com material	(350.810)	(663.099)
Despesas com serviços de terceiros	(19.892.790)	(16.569.092)
Despesas com serviços gerais	(444.940)	(364.545)
Depreciação e amortização	(69.049)	(53.306)
Contituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa Tarifa bancária sobre cobrança	(25.840.315)	(25.476.559)
bancária de fatura de água e esgoto	(5.472.188)	(4.504.887)
	(66.973.582)	(63.355.675)
	, ,	

27 - Despesas Administrativas

	2014	2013
Despesas com pessoal	(25.771.915)	(21.578.137)
Despesas com material	(1.836.617)	(1.369.348)
Despesas com serviços de terceiros	(9.547.947)	(7.708.649)
Despesas com serviços gerais	(1.124.205)	(943.948)
Depreciação e amortização	(317.989)	(305.746)
	(38.598.673)	(31.905.828)





.25.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

28 - Despesas Tributárias

	2014	2013
Improved and died a somission of unbourge	(2.826)	(02.757)
Imposto predial e territorial urbano	(2.826)	(93.757)
Imposto sobre operação financeira -	(179.188)	(218.507)
IOF		
Taxa de localização	(706)	-
Taxa de licenciamento de veículos	(491)	(4.536)
Taxa pelo uso da água	(768.608)	(804.787)
Taxa de fiscalização - ARSAL	(156.796)	-
Outros	(85.528)	(45.584)
	(1.194.143)	(1.167.171)

29 - Resultado Financeiro (Líquido)

	2014	2013
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(14.565.845)	(12.186.114)
com fornecedores		
Encargos financeiros de dívidas		
com empréstimos e financiamentos	(6.858.217)	(5.756.462)
Encargos de dívida com		/ a-=\
parcelamento da FUNCASAL	(13.718.775)	(12.122.025)
Encargos de dívida com	(21.778.450)	(20.792.819)
parcelamento da CEAL		
Encargos de dívida quitadas em		(700,020)
atraso junto a SABESP	-	(700.029)
Encargos de tributos e	(9 919 020)	(7.479.122)
contribuições sociais em atraso	(8.818.020)	(7.478.122)
Outras	(2.172.406)	(2.616.234)
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa de	2.139.752	1.907.821
empréstimos		
Acréscimos por impontualidade	8.734.809	7.037.722
Atualização de recebíveis	1.589.715	1.842.627
Rendimentos de aplicações	311.450	178.896
financeiras		
Descontos obtidos	99.050	311.192
Ganhos com ajustes de inventário		790.415
	(55.036.937)	(49.583.132)





.26.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

30 - Despesas Com Contingências Fiscais, Cíveis E Trabalhistas

	2014	2013
Reversão (constituição) de provisão para contingências fiscais Reversão (constituíção) de provisão para contingências cíveis Reversão (constituíção) de provisão para contingências trabalhistas (a)	(896) (96.760) 400.651	(5.052.083) (3.408.434) 2.209.788
Reversão (constituíção) de provisão para contingências ICMS Eletrobrás	(4.278.761)	
	(3.975.766)	(6.250.729)

(a)Em conformidade com orientação dos consultores jurídicos, a administração procedeu com a reversão de parte da contingência trabalhista.

31 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais - Líquidas

	2014	2013
Outras receitas		
Recuperação de perdas sobre créditos a receber	10.891.630	6.159.942
Outras	54.815	66.292
Outras despesas		
Despesas ambientais	(10.699)	(2.568)
Contribuições, doações e premiações Ajuste de inventário	(42.185) (544.804)	(146.109) (2.951.549)
Indenizações por danos morais e materiais Outras	(28.083)	(562.600) (219.156)
	10.320.674	2.344.252





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

32 - Fundo de Pensão

Em 31 de dezembro de 2014, a Fundação contava com 762 participantes ativos (864 em 2013), 432 participantes assistidos (429 em 2013) e 142 pensionistas assistidos (132 em 2013).

Os principais recursos que a FUNCASAL dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes contribuem com uma importância mensal equivalente aos produtos da aplicação das seguintes taxas:

- (a)2,86% (igual percentual em 2013) sobre a parcela do salário real de contribuição não excedente à metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social;
- (b)5,40% (igual percentual em 2013) sobre a parcela do salário real de contribuição situada entre a metade do maior valor teto e o próprio maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social:
- (c)13,69% (igual percentual em 2013) sobre a parcela do salário real de contribuição situada entre o teto máximo de salário de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o valor deste teto máximo;

Além dessa contribuição normal, está estabelecida a cobrança de joia (atuarial) para os que ingressam ou reingressam como participantes bem como para os participantes assistidos que venham a incluir novas pessoas no rol de dependentes-beneficiários.

(d)Os participantes assistidos recolhem a FUNCASAL uma contribuição mensal equivalente ao produto da aplicação da taxa de 2,74 (3,17% em 2013) sobre o valor de suplementação.

Contribuição da entidade patrocinadora

A CASAL contribui mensalmente com:

(a) Contribuição normal: de valor equivalente ao montante mensal das contribuições normais de seus respectivos participantes, em atendimento à Emenda Constitucional nº 20 (paridade de contribuições patrocinadora e participantes);

A CASAL é responsável pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento da contribuição.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Rendimentos financeiros

A Fundação dispõe dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras provenientes das contribuições, que devem obedecer ao disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional.

A FUNCASAL apresenta, em 31 de dezembro de 2014, um superávit técnico acumulado de R\$8.421.718 (R\$2.797.319 em 2013).

33 - Contratos de Concessão

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Os contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos.

A receita da Companhia é decorrente, basicamente, da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 77 municípios do Estado de Alagoas (76 em 2013), sendo 7 Contratos de Concessão e 34 Contratos de Programa, totalizando 41 contratos vigentes (36 em 2013).

De um total de 77 sedes municipais operadas, aproximadamente 47% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos (52,6% em 2013). Dos 41 municípios que possuem contrato de concessão/programa regular, 17% vencem de 2017 a 2034 e 83% possuem vencimentos após 2040.

As concessões são firmadas e renovadas gradativamente em trabalho de negociação que é realizado junto as Prefeituras, tendo como fator decisivo o reconhecimento pelas Municipalidades de que a Companhia tem conhecimento e experiência no setor de saneamento e com isso a possibilidade de alavancar recursos para investimentos junto às várias fontes de financiamento.

Como consequência do trabalho desenvolvido pela Administração da Companhia visando renovar os contratos de concessão vencidos, em 3 de outubro de 2011, a CASAL firmou Contrato de Programa com a Prefeitura Municipal de Arapiraca sob o nº 543/2011, cujos termos foram estabelecidos no Convênio de Cooperação nº 001/2011. O objetivo do Convênio de Cooperação, refere-se, basicamente, à prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com exclusividade pela CASAL, em todo o território municipal pelos próximos 30 anos.

Os contratos de concessão que se encontram vigentes, representam em 2014, aproximadamente, cerca de 84% das suas receitas operacionais.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 1º de junho de 2012, foi assinado o contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012, decorrente da concorrência pública para selecionar empresa privada, por meio de concessão administrativa, com fundamento na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na Lei Estadual 6.972, de 7 de agosto de 2008, na Lei Estadual nº 7.081, de 30 de julho de 2009. Tem por objeto a construção, gestão, operação e manutenção do novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar no Município de Traipu/AL e terminar no Município de Arapiraca, bem como, recuperar, operar e manter o Sistema Coletivo do Agreste existente na área da parceria pública privada com previsão para conclusão em setembro/2014, melhorando substancialmente o fornecimento de água tratada para toda população da região do Agreste de Alagoas.

34 - Instrumentos Financeiros

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, quando comparados com valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado, com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade não efetuou operações vinculadas a contratos futuros, de opções ou equivalentes, consideradas como derivativos.

35 - Questões Ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam por em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento é dada grande contribuição à proteção do meio-ambiente e a melhoria das condições de saúde pública.





.30.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em histórico da situação, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas com questões ambientais, é necessária atualmente, inclusive em face de legislação ambiental em vigor no Brasil.

Wilde Clécio Falcão De Alencar Diretor Presidente		
Osmar Li Vice Presidente de Gestão de		
Márcio Xavier I Contador CRC-A		

Rel159

